
Banestes Seguros S.A.
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banestes Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Seguros S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

Banestes Seguros S.A.

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A. referentes ao 1º semestre encerrado em 30/06/2018, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório do Auditor Independente, de acordo com as disposições legais e estatutárias.

Conjuntura Econômica

O cenário brasileiro ainda se mantém desafiador para as empresas em razão da lenta retomada da atividade econômica e da depreciação cambial, aliado a incertezas políticas. O PIB cresceu 1,0% em 2017 e as projeções para 2018 já foram reduzidas pelo mercado, ficando em 1,5%. A inflação acumulada de 12 meses, medida pelo IPCA, teve forte elevação em junho, chegando a 4,4%, enquanto a Selic foi reduzida duas vezes esse semestre, se mantendo em 6,5% e deve permanecer assim até o fim do ano.

Para os próximos meses, espera-se um ambiente econômico modesto, dado fatores incertos, como a taxa de juros, a capacidade de investimentos das empresas, o retorno da inflação em patamar mais elevado, a desvalorização expressiva do câmbio e a eleição de um candidato comprometido com a reformas fiscais necessárias.

Resultado 1º Semestre de 2018 – Nosso desempenho

Prêmios e Contribuições – Os prêmios ganhos e contribuições totalizaram R\$ 81,1 milhões no 1º semestre de 2018, importando um acréscimo de R\$ 1,7 milhões, que equivale a 2,2 % de aumento em relação ao auferido em 2017.

Despesas Administrativas – As despesas administrativas totalizaram R\$ 11,5 milhões no 1º semestre de 2018, inferior 0,3% em relação a 2017, a empresa mantém-se atenta na gestão de seus custos e despesas, com destaque para as despesas com apoio. O índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 14,2%, com uma queda de 0,3 ponto percentual em relação a 2017.

Resultado Financeiro – O resultado financeiro totalizou R\$ 6,9 milhões no 1º semestre de 2018, com redução de R\$ 2,9 milhões equivalente a 30,0% em relação do 2017, devido a redução da taxa SELIC ao longo do 1º semestre de 2018.

O total de aplicações da Seguradora, constituídos por aplicações em títulos privados, públicos e fundos de investimentos, atingiu o montante de R\$ 319,6 milhões, representando um decréscimo de 0,3% em relação a dez/2017. As provisões técnicas somam R\$ 196,8 milhões (R\$ 189,1 milhões em dez/2017), que deduzidos dos ativos redutores e das provisões de VGBL e DPVAT, apresentam total a ser coberto no valor de R\$ 57,6 milhões (R\$ 57,2 milhões em dez/2017).

Os ativos financeiros dados em cobertura dos ramos próprios demonstram um excedente de garantia na ordem de R\$ 15,4 milhões (R\$ 31,2 milhões em dez/2017), demonstrando nossa liquidez perante o mercado e o órgão supervisor.

Os recursos financeiros são administrados adotando-se as melhores práticas de gestão, garantindo a capacidade financeira em honrar todos os seus compromissos em conformidade com os preceitos das Circulares SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, classificando-os em “disponíveis para venda”, “valor justo por meio do resultado” e “mantidos até o vencimento”.

Sinistralidade – Este índice representa a relação de sinistros retidos sobre os prêmios ganhos. No 1º semestre de 2018 o índice ficou em 54,9%, contra 58,9% em 2017, apontando uma redução de 4 pontos percentuais.

Índice Combinado – O índice combinado no 1º semestre de 2018, que representa os gastos com sinistro retidos, despesas de comercialização, administrativas, com tributos e outras despesas operacionais sobre o prêmio ganho, foi de 0,9463.

Índice Combinado Ampliado - O índice combinado ampliado no 1º semestre de 2018, que representa os gastos com sinistro retidos, despesas de comercialização, administrativas, com tributos e outras despesas operacionais sobre o prêmio ganho e resultado financeiro, foi de 0,8719.

Lucro Líquido - No 1º semestre de 2018, após os impostos, contribuições e participação dos empregados no resultado, o lucro líquido foi de R\$ 6,1 milhões, com redução de R\$ 2,5 milhões, representando decréscimo de 26,0%, quando comparado ao lucro do mesmo período de 2017 que foi de R\$ 8,3 milhões. O resultado foi impactado, especialmente, pelas operações no âmbito do seguro DPVAT, redução das receitas financeiras e provisão fiscal do INSS.

Patrimônio Líquido –O Patrimônio Líquido apurado foi de R\$95,7 milhões (R\$ 156,2 milhões em dez/2017), representando uma retração de 38,7%, justificada por atos do acionista integral, em que determinou o pagamento de dividendos complementares relativos ao exercício de 2017 e redução do capital social, devidamente avaliados e homologados pela SUSEP. Assim, obteve-se um retorno nominal efetivo sobre o PL de 17,3%, apurado pela relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e o patrimônio líquido médio, registrado em 30/06/2018 e 30/06/2017.

Capital Mínimo Requerido - ficou em R\$ 26,3 milhões, apresentando uma suficiência de R\$ 67,8 milhões em relação ao PL ajustado de R\$ 94,1 milhões, que representa 257,5% acima do mínimo exigido pelo órgão supervisor

Distribuição de Resultados

Seguindo a política aprovada pelo acionista único, durante o 1º semestre de 2018, a Seguradora adotou o critério de distribuição de dividendos mínimos obrigatório de 25% sobre o Lucro Líquido, conforme faculta a Lei 11.638/2007, no valor de R\$ 1,5 milhões. A Seguradora ainda distribuiu dividendos complementares no valor de R\$ 16,4 milhões conforme determinação do acionista integral na Assembleia Geral Ordinária de 28/03/2018.

Fatos de Mercado

Com forte participação no mercado de seguros do Estado do Espírito Santo, a BANESTES SEGUROS, é 13 vezes vencedora do Recall de Marcas de A Gazeta e, de acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, no Finanças Mais 2018, é a quarta melhor seguradora do Brasil entre as empresas de seguros, a quinta com maior resultado líquido, a nona por patrimônio líquido e a sétima com maior rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

A empresa também obteve destaque na avaliação feita pelo Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico. A apuração do jornal mostra que a BANESTES SEGUROS é a sexta empresa mais rentável do Brasil no ramo de seguros gerais, tomando-se como base as pequenas e médias seguradoras. Em relação à seguradora, o Valor 1000 destaca, ainda, que ela é a vigésima do Brasil em lucro operacional e lucro líquido e, ainda, que é uma das 10 melhores em índice de sinistralidade.

Os produtos da BANESTES SEGUROS são comercializados na rede e agências do BANESTES e em parceria com mais de 300 Corretoras de Seguros no Espírito Santo. De acordo com dados da SUSEP, a empresa é líder de mercado no segmento de seguro de vida em grupo, com 30% de participação. No segmento de seguro de automóvel, a seguradora detém 11% do mercado

Responsabilidade Social e Cultural – Apoio a projetos culturais e sociais no Estado, especialmente através das Leis de incentivos à cultura e ao esporte.

Agradecimentos

Agradecemos ao Governo do Estado do Espírito Santo e ao Banestes S.A. pela confiança depositada, bem como às instituições com as quais a BANESTES SEGUROS S.A. mantém relacionamento, que contribuíram para a consecução dos objetivos da Seguradora, em especial aos segurados, corretoras de seguros, prestadores de serviços, rede de agências do Banestes e empregados e representantes da SUSEP.

Vitória, 31 de agosto de 2018.

A Diretoria.

Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às
Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às
Demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		173.395	162.175
Disponível		528	577
Caixa e bancos	5	528	577
Aplicações	6	143.151	127.071
Créditos das operações com seguros e resseguros		17.585	20.106
Prêmios a receber	7	17.585	20.106
Outros créditos operacionais		2.390	3.437
Títulos e créditos a receber		1.975	2.192
Títulos e créditos a receber		1.133	1.124
Outros créditos		842	1.068
Outros valores e bens		1.057	1.859
Bens a venda	9	1.057	1.859
Despesas antecipadas		169	152
Custos de aquisição diferidos	10	6.540	6.781
Seguros		6.540	6.781
ATIVO NÃO CIRCULANTE		191.738	205.624
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		188.001	202.947
Aplicações	6	176.416	193.364
Títulos e créditos a receber		11.585	9.593
Créditos tributários e previdenciários	8	2.897	909
Depósitos judiciais e fiscais	11	8.688	8.674
INVESTIMENTOS	12	703	704
Participações societárias		217	204
Imóveis destinados à renda		483	497
Outros investimentos		3	3
IMOBILIZADO	13	826	854
Imóveis de uso próprio		146	151
Bens móveis		352	367
Outras imobilizações		328	336
INTANGÍVEL		2.208	1.119
Outros intangíveis	14	2.208	1.119
TOTAL DO ATIVO		365.133	367.799

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		262.040	208.123
Contas a pagar		61.823	15.779
Obrigações a pagar	15.1	57.051	12.044
Impostos e encargos sociais a recolher	15.2	1.334	1.572
Encargos trabalhistas	18.1	1.302	993
Impostos e contribuições	18.2	2.054	1.138
Outras contas a pagar		82	32
Débitos de operações com seguros e resseguros		2.248	2.168
Prêmios a restituir		334	325
Corretores de seguros e resseguros		1.231	1.203
Outros débitos operacionais		683	640
Depósitos de terceiros	16	1.159	1.086
Provisões técnicas – seguros	17.1	196.810	189.090
Danos		148.966	138.161
Pessoas		14.257	16.420
Vida com cobertura de sobrevivência		33.587	34.509
NÃO CIRCULANTE		7.371	3.523
Contas a pagar		1.599	1.746
Tributos diferidos	8	1.592	1.746
Outras contas a pagar		7	-
Outros débitos		5.772	1.777
Provisões judiciais	19.a	5.772	1.777
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	95.722	156.153
Capital social		121.862	121.862
Aumento / redução de capital (em aprovação)		(35.535)	-
Reservas de reavaliação		15	16
Reservas de lucros		10.074	34.386
Ajustes de avaliação patrimonial		(694)	(111)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		365.133	367.799

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos	21.1	80.361	82.247
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	21.2.1	725	(2.887)
(=) Prêmios ganhos	21.3	81.086	79.360
(+) Receita com emissão de apólices		1.784	1.656
(-) Sinistros ocorridos	21.4	(44.482)	(46.736)
(-) Custos de aquisição	21.5	(12.047)	(11.680)
(+) <i>Rendas de contribuições e prêmios</i>	21.6	2.441	2.918
(-) <i>Constituição da provisão de benefícios a conceder</i>	21.2.2	(2.441)	(2.686)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		-	232
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		285	162
(-) Custos de aquisição	21.5	(1)	(15)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	21.7	(7.381)	(1.771)
(-) Despesas administrativas	21.8	(11.493)	(11.525)
(-) Despesas com tributos	21.9	(3.400)	(3.600)
(+) Resultado financeiro	21.10	6.922	9.891
(+) Resultado patrimonial	21.11	173	175
(=) Resultado operacional		11.446	16.149
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	21.12	-	7
(=) Resultado antes dos impostos e participações		11.446	16.156
(-) Imposto de renda	23	(2.621)	(3.885)
(-) Contribuição social	23	(2.279)	(3.155)
(-) Participação sobre o resultado		(396)	(815)
(=) Lucro líquido do semestre		6.150	8.301
(/) Quantidade de ações		14.791.405.093	14.791.405.093
(=) Lucro líquido por ação	3.21	0,00042	0,00056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido do semestre	6.150	8.301
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.060)	196
Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes	477	(88)
Resultados abrangentes	(583)	108
Total dos resultados abrangentes	5.567	8.409

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reavaliação	Lucro			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	121.862	18	16.851	(177)	-	138.554
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	(1)	-	-	1	-
Varição líquida do valor justo dos ativos	-	-	-	108	-	108
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	8.301	8.301
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	415	-	(415)	-
Reserva Estatutária	-	-	5.915	-	(5.915)	-
Dividendos	-	-	-	-	(1.972)	(1.972)
Saldos em 30 de junho de 2017	121.862	17	23.181	(69)	-	144.991
Mutações do Semestre	-	(1)	11.205	(42)	-	11.162
Saldos em 31 de dezembro de 2017	121.862	16	34.386	(111)	-	156.153
Capital em aprovação, conf. Portaria SUSEP/DIORG nº 1040 de 22/08/2018:						
Aumento com saldo da reserva de lucro	12.617	-	(12.617)	-	-	-
Redução para transf. ao acionista (ne 15.1)	(48.152)	-	-	-	-	(48.152)
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	(1)	-	-	1	-
Varição líquida do valor justo dos ativos	-	-	-	(583)	-	(583)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	6.150	6.150
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	307	-	(307)	-
Reserva Estatutária	-	-	4.382	-	(4.382)	-
Dividendos	-	-	(16.384)	-	(1.462)	(17.846)
Saldos em 30 de junho de 2018	86.327	15	10.074	(694)	-	95.722

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Atividades operacionais		
Lucro Líquido do semestre	6.150	8.301
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	121	90
Redução ao valor recuperável	9	(7)
Ganho ou perda na alienação de investimentos	-	(3)
Varição nas contas patrimoniais	14.728	(6.542)
Aplicações	285	(17.148)
Créditos nas operações de seguros e resseguros	3.559	(337)
Créditos fiscais e previdenciários	(1.988)	3.580
Depósitos judiciais e fiscais	(14)	12.119
Despesas antecipadas	(17)	1
Custos de aquisição diferidos	241	(225)
Outros ativos	1.019	(123)
Outras contas a pagar	(1.141)	(401)
Impostos e contribuições	916	(1.207)
Débitos de operações com seguros e resseguros	80	(11)
Depósitos de terceiros	73	(230)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	7.720	12.615
Provisões judiciais	3.995	(15.283)
Outros passivos	-	108
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	21.008	1.839
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:	(1.318)	(408)
Investimentos	(13)	(23)
Imobilizado	(148)	(42)
Intangível	(1.157)	(343)
Recebimento pela venda de ativo permanente:	137	94
Investimento	1	14
Imobilizado	97	60
Intangível	39	20
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(1.181)	(314)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(19.876)	(1.625)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(19.876)	(1.625)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(49)	(100)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	577	1.178
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	528	1.078
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(49)	(100)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às Demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A BANESTES SEGUROS S.A. (Seguradora) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Av. Princesa Isabel, 574, Edifício Palas Center, Bloco A, 9º andar, Vitória - ES. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguros de danos e pessoas, com foco nos ramos automóveis, residencial, prestamista, vida, acidentes pessoais e seguro de vida gerador de benefícios livres (VGBL) nas seguintes unidades federativas do ES, MG, BA e RJ.

A Seguradora é controlada pelo Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES S.A.), com participação integral no capital social, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 17 de janeiro de 2012.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Seguradora foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e em consonância com a Circular nº. 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendadas pela SUSEP.

Essas Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 27 de agosto de 2018.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras pressupõem a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3. Estimativas contábeis significativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras exige que a administração utilize certas estimativas, julgamentos e premissas, em que se baseia na experiência histórica e em outros fatores, incluindo-se expectativas de eventos futuros, para o registro de determinadas transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa são as provisões técnicas, provisões judiciais e créditos tributários.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pela Seguradora.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e investimentos financeiros em moeda nacional e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, estando assim compreendidos na rubrica “caixa e bancos”.

3.2. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

3.2.1. Empréstimos e recebíveis

Compreendem substancialmente os “Prêmios a Receber”, onde o valor de mercado é igual ao valor contábil registrado, conforme determinado pelo órgão regulador, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Seguradora adota como procedimento para cancelamento as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº. 239, de 22 de dezembro de 2003.

3.2.2. Valor justo por meio do resultado

Representados por títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período

3.2.3. Mantidos até o vencimento

Representados por títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período

3.2.4. Disponíveis para venda

Representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - “Impairment”

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é feita por meio de reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4. Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos investimentos com cotação pública é registrado com base em preço de negociação. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: os preços são definidos ou acompanhados conforme segue: (I) Títulos públicos têm seus valores apurados com base nos preços

de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e (II) Debêntures e Letra Financeira Subordinada (LFS) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo; as quotas de fundos de investimento abertos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento das demonstrações financeiras; os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

3.5. Passivos financeiros

O reconhecimento de um passivo financeiro no balanço patrimonial é efetuado quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação contratual de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente débitos de operações de seguros e resseguros e dividendos.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - “*Impairment*”

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo.

É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.7. Créditos das operações de seguros

Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição diferidos são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para risco de crédito é constituída para as apólices e/ou endossos que estejam vencidos há mais de 60 dias.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.8. Outros valores e bens - Salvados

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. Os bens são mensalmente levados a leilão público.

3.9. Investimentos

Os investimentos estão reconhecidos pelo valor de custo por conta da participação da Seguradora não atingir os níveis mínimos para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Referem-se às participações societárias na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. e obras de arte.

3.10. Imóveis destinados à renda

Denominação atribuída aos imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação imobiliária. O imóvel destinado à renda foi registrado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada em 25 anos, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

Os ganhos e perdas na alienação de Imóveis destinados a renda são registrados na demonstração do resultado como Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes.

3.11. Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo

imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam revertidos para a Seguradora e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Imóveis de uso	25 anos
Sistemas de comunicação	10 anos
Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados	5 anos
Móveis, equipamentos e instalações	10 anos

3.12. Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física, decorrentes da aquisição de softwares, capazes de gerar benefícios econômicos para a Seguradora. Esses softwares são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares mantidos pela Seguradora é de cinco anos.

3.13. Provisões Técnicas - Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº. 321/2015 e alterações posteriores, e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, descritas a seguir:

3.13.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG

Constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações de despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição, deduzidos os custos iniciais de contratação conforme prerrogativa legal. Os custos de aquisição diferidos (CAD) são representados tão somente pelas despesas vinculadas, de forma direta, aos prêmios não ganhos com as mesmas premissas e prazos de cálculo da PPNG.

3.13.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos – Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG/RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida.

3.13.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações financeiras.

A provisão de sinistros a liquidar em discussão judicial (PSLJ) inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, acrescida de atualização monetária, e tem por base as notificações de ajuizamento recebidas até a data do balanço. Sua constituição é feita por área própria da Seguradora e leva em consideração a perda histórica dos processos cíveis relacionados a sinistros.

3.13.4. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)

A provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) é constituída, por meio de estimativa atuarial, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, na data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.

3.13.5. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

Esta provisão, constituída para os seguros de danos e pessoas, visa à cobertura de sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em nota técnica atuarial (NTA). A provisão dos sinistros ocorridos e não avisados do ramo do Seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores - DPVAT é constituída com base nos valores informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

3.13.6. Teste de adequação de Passivos (TAP)

Para atender aos padrões requeridos pelo CPC 11 e normas estabelecidas pela Circular SUSEP 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, as seguradoras estão obrigadas a avaliar a devida adequação de seus passivos em reservas técnicas para as obrigações decorrentes dos contratos de planos de seguro em curso na data-base de cada apresentação das demonstrações financeiras anuais e intermediárias.

A referida avaliação é feita utilizando estimativas correntes de fluxos de caixas futuros para as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. Existindo diferença positiva entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas, inclusive dedução dos custos de aquisição diferidas e ativos intangíveis, caberá à Seguradora reconhecer a **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A Seguradora, considerando as premissas definidas por normativos e as similaridades dos riscos expostos em seus contratos, promoveu sua avaliação levando em conta as seguintes segregações:

- (1) Quanto à estruturação financeira: Riscos estruturados no regime de repartição simples e riscos estruturados no regime de capitalização. A Seguradora não opera no regime de repartição de capitais;
- (2) Quanto as carteiras dos produtos: Riscos para produtos de danos; riscos para produtos de pessoas sem Cobertura para Sobrevivência; riscos para produtos pessoas com cobertura para sobrevivência (VGBl); e riscos em produtos de ramos não mais comercializados (run-off);
- (3) Quanto aos lançamentos contábeis das provisões: Avaliação para sinistros já ocorridos e previstos através das provisões de PSL, IBNR e IBNER; avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios já registrados e amparados através das provisões de PPNG-RVE e RVNE para os riscos sem cobertura por sobrevivência e PMBaC para os riscos com cobertura por sobrevivência; e avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios ainda não registrados e que são amparados através de prêmios a receber em apólices plurianuais de coberturas mensais em contratos sem cobertura de sobrevivência e contribuições a receber em apólices individuais para contratos com cobertura de sobrevivência (VGBl).

Em todas as avaliações a Seguradora considera apropriação de valores decorrentes de despesas diretas dos sinistros (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE); despesas indiretas dos sinistros (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE); bem como prováveis recuperações com salvados e ressarcimentos nos ramos em que isto se faz possível.

As bases das avaliações dos fluxos de caixa levam em conta valores nominais, trazidos a valor presente pelas taxas a termo de ETTJ, fornecida pela SUSEP e ANBIMA, sendo o cupom de IGP-M para os processos sem expectativa de mora de juros e cupom de pré-fixado para os processos com expectativa de mora de juros.

Na base dos contratos para garantia de riscos sem cobertura por sobrevivência e para sinistros a ocorrer, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos a partir de índices de sinistralidade

média dos últimos 12 meses anualizados para os produtos de danos e pessoas. Na base de contratos para garantia de riscos com cobertura de sobrevivência, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos utilizando-se por contrato individual a aplicação de critérios de recebimento de prêmios e pagamentos de benefícios seguindo padrão de expectativa de sobrevivência estabelecida por meio da tábua SUSEP BR-EMS 2015.

O estudo deste teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos de DPVAT e DPEM.

O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 30 de junho de 2018, não apresentou insuficiência na constituição das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituição da PCC.

3.13.7. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR deve abranger as despesas relativas a sinistros ocorridos e a ocorrer, enquanto que para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR deve abranger as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos.

3.13.8. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A provisão matemática de benefícios a conceder está vinculada a seguros de vida com cobertura por sobrevivência, na modalidade Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), garantindo a cobertura de participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Tal provisão representa o montante de contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, e acrescidos dos rendimentos financeiros gerados pela correspondente aplicação em fundo de investimento especialmente constituído (FIE).

3.13.9. Outras provisões

Correspondem, substancialmente, à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que é constituída com o objetivo de cobrir o déficit administrativo, com base nos recursos oriundos dos resultados administrativos apurados mensalmente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

3.14. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem: Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego.

Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

(a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou

(b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho. Benefício pós-emprego - Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pela Seguradora de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou

construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 25.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - Projected Unit Credit, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – Projected Benefit Obligation), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

A Deliberação CVM nº. 695/12, estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido - outros ajustes de avaliação patrimonial.

3.15. Tributos sobre o lucro e faturamento.

Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador	Até 31/08/2015 15% e Após 20%
Cofins	4%
PIS	0,65%

As alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei n.º 12.973 (conversão da MP 627/13) que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Essa Lei dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

A referida Lei n.º 12.973 não acarreta efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Seguradora.

A Lei n.º 13.169, de 06 de outubro de 2015 (conversão da MP 675/2015), elevou para 20% a alíquota da CSLL para as seguradoras no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Contribuições sociais federais que, para as seguradoras, incidem sobre a receita bruta, com os ajustes previstos na Lei n.º. 9.718 de 27 de novembro de 1998. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%.

3.16. Outros tributos

Outros tributos incidem sobre a receita operacional e são reconhecidos no resultado como “Despesas com Tributos”, dentre os quais destaca-se a taxa de fiscalização da SUSEP, taxa federal recolhida pelo mercado segurador, conforme Lei nº. 12.249 de 11 de junho de 2010, e alterações posteriores.

3.17. Provisões judiciais ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável ou possível. Para as provisões judiciais envolvendo sinistros, a Seguradora provisiona ações com perdas remotas, possíveis ou prováveis, a partir de estudo próprio envolvendo premissas mais conservadoras, a partir de sua base de dados histórica.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. Os passivos contingentes cuja probabilidade de perda for remota não são provisionados ou divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

3.18. Apuração do resultado

As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios do seguro DPVAT, assim como os sinistros e provisões, são reconhecidos quando do recebimento das informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados o qual busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigências relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As participações nos lucros aos empregados são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

3.19. Classificação dos contratos de seguro e de investimento

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente.

Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com

o período decorrido de vigência do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento das despesas de comercialização.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização, cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos – RVNE), são reconhecidas com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica da Seguradora.

A contabilização das operações de retrocessão e do ramo DPVAT é realizada com base nas informações recebidas do IRB - Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

As operações de resseguros, quando ocorridas, são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. A Seguradora não registrou novas operações de resseguros na data-base.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelas demais resseguradoras. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.20. Patrimônio líquido

O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, facultada a sua representação em títulos múltiplos. O BANESTES S.A. deterá sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da sociedade e atualmente detém 100% (cem por cento), conforme Nota 1.

3.21. Lucro líquido por ação básico

O lucro por ação básico da Seguradora é calculado pela divisão do lucro atribuível ao acionista pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas e classificadas como ações em tesouraria nas Demonstrações financeiras.

O cálculo do lucro por ação básico apurado no semestre está assim apresentado:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do 1º semestre	6.150	8.301
Média ponderada do número de ações em circulação no período	14.791.405.093	14.791.405.093
Lucro por ação básico (em unidades de R\$)	0,000415773	0,000561171
Lucro por ação básico (por lote de mil ações)	0,4158	0,5612

4. Gestão de riscos

Segundo referência do *Committee of sponsoring organizations of the treadway commission - COSO*, gestão de riscos é um processo efetuado pelo conselho de administração, pela diretoria e pelos demais gestores e colaboradores de uma empresa, aplicável ao estabelecimento de objetivos estratégicos e desenhados para:

- Identificar potenciais eventos que possam afetar a organização;
- Administrar seus riscos dentro dos limites aceitáveis; e
- Proporcionar segurança razoável para que os objetivos e metas sejam atingidos.

Ou seja, a gestão de riscos é um processo interno e contínuo, relacionado com a gestão estratégica, aplicável a todos os negócios, atividades e unidades da organização e executada por todos independentemente de posição, cargo ou função.

4.1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O processo na Seguradora é patrocinado pela Diretoria e gerenciado por uma área independente responsável por gestão de riscos e controle interno, alinhando-os. Essa área atua em conjunto com as gerências e coordenadorias na disseminação da cultura de gestão de riscos, na criação de normativos internos, manuais de procedimentos, atividades e mecanismos de controles.

Nesse sentido, a estrutura de gestão de riscos fornece os fundamentos e os arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos envolvendo toda a Seguradora.

4.2. Apetite por risco

O apetite por risco é o nível máximo de risco que a Seguradora está disposta a assumir no intuito de atingir seus objetivos estratégicos e respeitando sua capacidade por riscos.

Quando uma exposição estiver acima do apetite por risco definido, medidas corretivas são adotadas.

4.3. Metodologia

A Seguradora adota medidas qualitativas e quantitativas para mensuração de seus riscos.

Na metodologia qualitativa, adotou o *Control Self Assessment* – CSA, que considera o impacto e a probabilidade dos riscos nos processos e atividades da Seguradora, associados aos controles implantados. Essa metodologia destaca o conhecimento de cada gestor no processo de identificação de riscos e controles, definindo parâmetros que são disseminados a todos os colaboradores. Já na metodologia quantitativa a empresa implantou indicadores balizados por um apetite por risco.

4.4. Categorias de riscos

O dicionário de risco da Seguradora está dividido em 6 categorias:

4.4.1. Crédito

Conforme definição da SUSEP, o risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte;

A Seguradora emite normas internas em conformidade com as regulamentações da SUSEP e CNSP. Essa medida visa garantir o cumprimento de suas políticas de investimentos com segurança e rentabilidade quanto aos ativos financeiros aplicados. Para o gerenciamento deste riscos, a Seguradora possui políticas e processos de monitoramento mensais que visam garantir que os limites não sejam excedidos.

A nota 6.3 demonstra, dentre outras informações, os percentuais de distribuição dos ativos financeiros que contempla a concentração do portfólio de investimentos da Seguradora por tipo de contraparte.

Já o risco de crédito originado de prêmios de seguros a receber é considerado substancialmente baixo, conforme demonstrado na nota 7.3. Segundo legislação brasileira, as coberturas contratuais podem ser canceladas caso os pagamentos dos prêmios não sejam realizados dentro do prazo máximo de cobertura.

4.4.2. Subscrição

Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Seguradora, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

A Seguradora moldou suas operações às melhores práticas de subscrição de mercado e à legislação vigente. Como forma de gerir o lançamento de seus produtos, desenvolveu comitês que zelam pelos padrões técnicos e comerciais garantindo a integridade dos resultados positivos.

Como forma de certificar as reservas, a Seguradora adotou um teste de passivos. Esse teste avalia a cada seis meses a suficiência das reservas frente à expectativa de valores necessários no futuro.

4.4.3. Mercado

É o risco representado pela possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto. Nossas ferramentas de gestão são:

- Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - visa avaliar a consonância dos resultados apurados com a política de investimento financeiro da Seguradora.
- Macroalocação de ativos - corresponde à alocação dos recursos entre os segmentos de aplicação (segmentos de renda fixa e renda variável).
- Microalocação de ativos - corresponde às alocações dentro das classes de ativos, combinando elementos das subclasses.

Além dessas ferramentas, a Seguradora possui um comitê responsável por aprovar a macroalocação de ativos, subsidiar o planejamento e a execução dos investimentos; e deliberar sobre os limites operacionais e intervalos de risco que podem ser assumidos no âmbito da gestão dos ativos financeiros.

Abaixo uma tabela com as exposições de investimentos da Seguradora, segregadas por fator de risco:

Fator de Risco	30/06/2018	31/12/2017
CDI/SELIC	48%	48%
Cupom SELIC	43%	44%
Prefixado	9%	8%
	100%	100%

O quadro de fator de risco, contempla o total da sua exposição. Alguns ativos possuem mais de um fator de risco e o valor contido nele pode aparecer em mais de um fator, por essa razão o valor total desse quadro pode ser maior do que o total de suas operações.

4.4.3.1. Mensuração do Risco de Mercado

A Seguradora utiliza como medida de risco de suas carteiras de investimento a metodologia de VaR, modelo não paramétrico para horizonte de 1 dia útil, com nível de confiança de 95%. A sensibilidade do risco no resultado é de 0,21%.

4.4.4. Operacional

Conforme definição da SUSEP, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos. Excluem-se dessa definição os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Seguradora.

A Seguradora gerencia o risco operacional acompanhando os diversos cenários de exposição a riscos a que está sujeita, refletindo o comportamento da concorrência, o ambiente de negócios e os compromissos com os resultados que possui com a sociedade, acionistas, empregados e órgãos reguladores.

4.4.5. Legal

A SUSEP define risco legal como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

A Seguradora possui um comitê que tem como objetivo analisar os normativos emitidos pelos órgãos regulares e fiscalizadores e recomendar a adoção de medidas e ações relacionadas ao seu cumprimento.

Também são instituídas normas internas bem como manuais de procedimentos visando mitigar o risco de perdas legais. Além disso, mantém-se monitoramento constante das decisões judiciais cujas sentenças transitam em julgado.

4.4.6. Imagem

É o risco representado pela possibilidade de perdas decorrentes da Seguradora ter sua marca desgastada junto ao mercado e/ou autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

Foram definidos indicadores que medem a insatisfação dos clientes com a Seguradora e seus produtos. Esses indicadores são acompanhados mensalmente.

A Seguradora possui três canais de comunicação com o cliente: Fale Conosco, Ouvidoria e Canal de Denúncia:

a) Fale Conosco é um canal destinado a esclarecer dúvidas, enviar críticas e sugestões que pode ser acessado através do site www.banestesseguros.com.br.

b) A Ouvidoria está disponível para atendimento de reclamações, elogios, críticas e sugestões dos demandantes (clientes e usuários), referentes aos produtos, serviços e atendimento prestado por meio no site institucional, telefone 0800 727 0030 ou e-mail ouvidoriageral@banestes.com.br.

c) Canal de Denúncia, também disponível no site institucional, recebe denúncias de atos ilícitos, fraudes ou práticas contrárias ao Guia de Conduta Ética que envolvam as empresas do SFB.

4.4.7. Liquidez

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, gerando, desse modo, uma incapacidade para cumprir os compromissos assumidos. Ou seja, em tal situação, as reservas e disponibilidades de uma instituição tornam-se insuficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorrem.

4.5. Concentração de riscos de seguro

A Seguradora entende como risco de seguro o risco transferido por contrato onde existe a incerteza quanto ao seu acontecimento (sinistro), data ou valor da indenização.

A Seguradora atua no mercado com ênfase nos seguros de pessoas e automóveis concentrando seus esforços na proteção de pessoas físicas. Também adota uma política de manter a carteira pulverizada e homogênea em todos os ramos que a compõem, optando por não operar com resseguro e/ou cosseguro.

4.6. Distribuição Geográfica Dos Riscos

A Seguradora opera nos estados ES, BA, RJ e MG. O maior volume de operações está concentrado no ES.

4.7. Moeda

Moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua é o Real (R\$). A Banseg não possui emissão de prêmio ou concentração de receita em outras moedas.

4.8. Concentração de riscos de seguro

A Banestes Seguros entende como risco de seguro o risco transferido por contrato onde existe a incerteza quanto ao seu acontecimento (sinistro) ou data e valor da indenização.

O principal risco assumido pela seguradora é o risco da frequência e severidade dos sinistros e benefícios a serem pagos aos nossos segurados sejam maiores do que estimados. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora atua no mercado com ênfase nos seguros de pessoas e automóveis concentrando seus esforços na proteção de pessoas físicas. Também adota uma política de manter a carteira pulverizada e homogênea em todos os ramos que a compõem, optando por não operar com resseguro e/ou cosseguro.

4.9. Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora

A Seguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da administração da Seguradora quanto aos fatores de riscos de seguro que impactam os contratos e são integradas à política e conseqüentemente

não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir, líquido dos efeitos tributários (45%):

(a) Redução de 10% dos prêmios ganhos

30/06/2018	Prêmios Ganhos	Efeito no Resultado (-)10%	Efeito no PL (%)
Auto	30.750	(1.691)	-1,8%
Pessoas	34.193	(1.881)	-2,0%
Dpvat	15.128	(832)	-0,9%
Patrimonial	1.015	(56)	-0,1%
Total	81.086	(4.460)	-4,7%

(b) Aumento de 10% da sinistralidade

30/06/2018	Sinistros Ocorridos	Efeito no Resultado (+)10%	Efeito no PL (%)
Auto	(20.914)	(1.150)	-1,2%
Pessoas	(10.713)	(589)	-0,6%
Dpvat	(12.849)	(707)	-0,7%
Patrimonial	(6)	-	0,0%
Total	(44.482)	(2.446)	-2,6%

4.10. Gestão de ativos e passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Asset Liability Management*). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

	Sem Vencimento	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros						
Disponível	528	-	-	-	-	528
Aplicações	141.235	-	11.199	150.385	16.748	319.567
Prêmios a receber	-	1.792	15.793	-	-	17.585
Títulos e créditos a receber	911	222	-	-	-	1.133
Outros créditos operacionais	-	-	2.390	-	-	2.390
Total dos ativos financeiros	142.674	2.014	29.382	150.385	16.748	341.203
Passivos financeiros						
Encargos e impostos a pagar	-	-	4.690	-	-	4.690
Obrigações e contas a pagar	-	-	57.133	-	-	57.133
Débitos das operações com seguros	2.248	-	-	-	-	2.248
Depósitos de terceiros	1.159	-	-	-	-	1.159
Total dos passivos financeiros	3.407	-	61.823	-	-	65.230

4.11. Gestão de risco de capital

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco *versus* retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido da Seguradora, sendo o capital total necessário para as operações da Seguradora, sendo equivalente à soma do capital base com o capital adicional.

4.11.1. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio líquido	95.722	156.153
(-) Participações societárias	(217)	(204)
(-) Despesas antecipadas	(169)	(152)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excedem 15% do CMR	-	-
(-) Outros investimentos	(3)	(3)
(-) Ativos intangíveis	(2.208)	(1.118)
(+/-) Ajustes associados à variação de valores econômicos	995	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	94.120	154.676
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	22.222	22.060
Capital adicional de risco de crédito	3.401	4.252
Capital adicional de risco operacional	784	589
Capital adicional de risco mercado	4.203	5.355
Capital risco (II) *	26.328	27.002
Capital mínimo requerido (CMR) – (maior entre (I) e (II))	26.328	27.002
Suficiência de capital (PLA – CMR)	67.792	127.674
Liquidez sobre o CMR (20%)	5.266	5.400
Excedente de liquidez – nota 17.3	15.408	31.209

(*) O demonstrativo acima encontra-se em conformidade com a Resolução CNSP nº 321/2015, sobretudo o cálculo do capital de risco em que utiliza-se Matriz de Correlação definida na referida legislação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	528	577
Total	528	577

6. Aplicações

6.1. Classificação por Níveis

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros precede a utilização da hierarquia do valor justo, composta através dos seguintes níveis:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.

Nível 2 - Classificados quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

Aplicações	30/06/2018		31/12/2017	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Disponíveis para venda	108.769	22.600	121.183	22.308
Letras financeiras do tesouro – LFT	78.287	-	93.801	-
NTN – F	16.748	-	17.926	-
Fundos de investimentos	13.734	-	9.456	-
Debêntures	-	22.600	-	22.308
Registrado pelo valor justo por meio do resultado	127.501	-	117.615	-
Fundos de investimentos – DPVAT	93.913	-	83.106	-
Fundos de investimentos – VGBL (Fundo Exclusivo)	33.588	-	34.509	-
Mantidos até o vencimento	-	60.697	-	59.329
Letras financeiras subordinadas	-	9.283	-	823
Debêntures	-	820	-	8.843
NTN – B	-	50.594	-	49.663
Total	236.270	83.297	238.798	81.637

6.2. Sensibilidade das aplicações

30/06/2018	Quotas de fundos de investimentos e outros			Total
	Títulos federais	Títulos privados		
Aplicações	145.629	32.703	141.235	319.567
Selic - % a.a.	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%
Projeção de rentabilidade nos próximos 12 meses	9.830	2.208	9.533	21.571
Cenário provável de:				
Queda 25%	7.317	1.643	7.096	16.056
Queda 50%	4.841	1.087	4.695	10.623
Elevação 25%	12.381	2.780	12.007	27.168
Elevação 50%	14.970	3.362	14.518	32.850

6.3. Classificação por título e vencimento

	30/06/2018								
	até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor Contábil	Ajustes de TVM	Valor Custado Atualizado	% Part Valor Contábil	Taxa de Juros Referencial
Disponíveis para venda	1.916	98.971	16.748	13.734	131.369	(583)	131.952	41,11%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.916	76.371	-	-	78.287	(6)	78.293	24,50%	100% Selic
NTN – F	-	-	16.748	-	16.748	(642)	17.390	5,24%	Pré 10% a.a
Fundos de investimentos	-	-	-	13.734	13.734	-	13.734	4,30%	100% CDI
Debêntures	-	22.600	-	-	22.600	65	22.535	7,07%	CDI+8,7%a.a
Registrados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-	127.501	127.501	-	127.501	39,90%	
Para negociação									
Fundos de investimentos – DPVAT	-	-	-	93.913	93.913	-	93.913	29,39%	100% Selic
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo)	-	-	-	33.588	33.588	-	33.588	10,51%	100% Selic
Mantidos até o vencimento	9.283	51.414	-	-	60.697	-	60.697	18,99%	
Letra Financeira Subordinada	9.283	-	-	-	9.283	-	9.283	2,90%	IPCA+6,5%a.a
Debêntures	-	820	-	-	820	-	820	0,26%	IPCA+4,5%a.a
NTN – B	-	50.594	-	-	50.594	-	50.594	15,83%	IPCA+5,2%a.a
Total do circulante e não circulante	11.199	150.385	16.748	141.235	319.567	(583)	320.150	100%	

31/12/2017

	até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeter- minado	Valor Contábil	Ajustes de TVM	Valor Custo Atualizado	% Part Valor Contábil	Taxa de Juros Referencial
Disponíveis para venda	- 116.109	17.926	17.926	9.456	143.491	(202)	143.693	44,77	
Letras financeiras do tesouro -									
LFT	- 93.801	-	-	-	93.801	15	93.786	29,27	100% Selic
NTN – F	-	- 17.926	-	-	17.926	(217)	18.143	5,59	Pré 10% a.a
Fundos de investimentos	-	-	-	9.456	9.456	-	9.456	2,95	100% CDI
Debêntures	- 22.308	-	-	-	22.308	-	22.308	6,96	CDI+8,7%a.a
Registrados pelo valor justo por meio do resultado Para negociação	-	-	-	117.615	117.615	-	117.615	36,71	
Fundos de investimentos – DPVAT	-	-	-	83.106	83.106	-	83.106	25,94	100% Selic
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo)	-	-	-	34.509	34.509	-	34.509	10,77	100% Selic
Mantidos até o vencimento	- 59.329	-	-	-	59.329	-	59.329	18,52	
Letra Financeira Subordinada	- 8.843	-	-	-	8.843	-	823	2,76	IPCA+6,5%a.a
Debêntures	- 823	-	-	-	823	-	8.843	0,26	IPCA+4,5%a.a
NTN – B	- 49.663	-	-	-	49.663	-	49.663	15,50	IPCA+5,2%a.a
Total do circulante e não circulante	- 175.438	17.926	127.071	320.435	(202)	320.637	100		

7. Prêmios a receber

7.1. Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2018			
	Auto	Pessoas	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2017	18.682	1.206	218	20.106
Prêmios emitidos	31.190	34.711	1.353	67.254
Provisão para riscos sobre créditos	(9)	-	-	(9)
Cancelamentos	(2.341)	(58)	(48)	(2.447)
Baixas	(32.306)	(33.792)	(1.221)	(67.319)
Prêmios pendentes em 30/06/2018	15.216	2.067	302	17.585

	30/06/2017			
	Auto	Pessoas	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2016	15.794	941	253	16.988
Prêmios emitidos	33.534	33.208	944	67.686
Provisão para riscos sobre créditos	(3)	-	-	(3)
Cancelamentos	(2.177)	(2.220)	(29)	(4.426)
Baixas	(30.716)	(31.244)	(957)	(62.917)
Prêmios pendentes em 30/06/2017	16.432	685	211	17.328

7.2. Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

	01/01 à 30/06/2018	01/01 à 30/06/2017
Saldo inicial	(41)	(35)
Constituições	(13)	(16)
Reversões	4	18)
Saldo final	(50)	(33)

7.3. Aging prêmios a receber

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios a vencer	15.793	18.894
De 1 a 30 dias	7.502	8.484
De 31 a 60 dias	3.059	4.221
De 61 a 120 dias	3.939	4.745
De 121 a 180 dias	1.148	1.329
De 181 a 365 dias	145	115

Prêmios vencidos	1.842	1.253
De 1 a 30 dias	1.729	1.156
De 31 a 60 dias	63	55
De 61 a 120 dias	32	24
De 121 a 180 dias	1	3
De 181 a 365 dias	4	2
Superior a 365 dias	13	13
(-) Redução ao valor recuperável	(50)	(41)
Total	17.585	20.106

O prazo médio de parcelamento dos grupos de ramo automóvel e patrimonial, observado foi de 6 parcelas, sendo os demais grupos com faturamento mensal.

8. Créditos e Passivos tributários e previdenciários

	30/06/2018	31/12/2017
Créditos tributários		
Créditos tributários refletidos no resultado	2.329	818
Créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	568	91
Total	2.897	909
Tributos diferidos		
Passivo tributário de diferenças temporárias	1.523	1.673
Impostos sobre reserva de reavaliação	69	73
Total	1.592	1.746

Os créditos tributários de diferenças temporárias, refletidos no resultado, são decorrentes das provisões judiciais (nota 19.a) e provisões para redução ao valor recuperável (nota 7.3), enquanto os tributos diferidos são decorrentes das atualizações dos depósitos judiciais fiscais e dos impostos sobre reservas de reavaliação. No período foram constituídas novas provisões conforme descrito na nota 19. As provisões judiciais cíveis não relacionadas a sinistros possuem tempo médio de realização inferior a 2 anos. A Administração, com base em estudo de realização do crédito tributário, estima realização das provisões fiscais em até 3 anos. Nos quadros abaixo, apresentam-se a natureza da origem dos créditos e passivos tributários.

8.1. Créditos tributários das movimentações

	30/06/2018			Total
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)(1)	
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências cíveis	1.304	326	196	522
Provisão para contingências trabalhistas	162	41	24	65
Provisão para contingências fiscais	4.307	1.077	646	1.723
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	50	12	8	20
Créditos tributários refletidos no resultado	5.823	1.456	873	2.329
Ajuste ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda (2)	1.262	316	252	568
Créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	1.262	316	252	568
	31/12/2017			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (20%)	Total
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências cíveis	1.361	340	272	612
Provisão para contingências trabalhistas	84	21	17	38
Provisão para contingências fiscais	332	83	66	149
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	41	10	9	19
Créditos tributários refletidos no resultado	1.818	454	364	818
Ajuste ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda (2)	202	51	40	91
Créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	202	51	40	91

(1) Alteração de alíquota conforme lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, que majora a alíquota da CSLL de 15 para 20, com vigência de 1º de setembro de 2015 a 1º de janeiro de 2019. A Seguradora adotou, a partir de setembro/2015, a nova alíquota, utilizando-se da metodologia de

diferença de base para cálculo do tributo. No entanto, considerando o prazo das novas contingências constituídas no semestre, conforme nota 19, a Seguradora se creditou da alíquota de 15% da CSLL, visto que o prazo previsto de realização excederia a vigência da norma fiscal.

(2) Para cálculo dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido, utiliza-se as alíquotas vigentes no cálculo dos tributos, ou seja, 20% para CSLL.

8.2. Passivos tributários das movimentações

	30/06/2018			Total
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	
Diferenças temporárias				
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	473	118	71	189
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357762240	7	2	1	3
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	3.327	832	499	1.331
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	3.807	952	571	1.523

	31/12/2017			Total
	Base de Cálculo	IRPJ (25)	CSLL(1) (20)	
Diferenças temporárias				
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	462	116	92	208
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357762240	7	2	1	3
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	3.248	812	650	1.462
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	3.717	930	743	1.673

(1) Adicionalmente, a este montante, a Seguradora possui registrado na rubrica contábil de impostos sobre reservas de reavaliação o montante de R\$69 (R\$73 em 31/12/2017) referente ao imposto de renda e a contribuição social sobre as reservas de reavaliação.

9. Outros valores e bens – salvados à venda

	01/01 à 30/06/2018	01/01 à 30/06/2017
Saldo inicial	1.859	1.348
Adições	3.255	3.003
Baixas	(3.693)	(1.913)
Redução ao valor recuperável	(364)	-
Saldo final	1.057	2.438

10. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são diferidos na mesma proporção dos prêmios ganhos mensalmente. Identificados para cada apólice/item, correspondendo às despesas de comercialização vinculadas aos prêmios emitidos, cancelados e restituídos, e estão assim representados:

	30/06/2018	31/12/2017
Automóvel	5.307	5.835
Pessoas	960	732
Patrimonial	273	214
Total do circulante	6.540	6.781

As movimentações dos custos de aquisição são apresentadas na nota 17.2.2.

11. Depósitos judiciais e fiscais

	30/06/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais (Nota 19)	7.518	7.542
Depósitos judiciais relacionados a sinistros	1.170	1.132
Total do circulante e não circulante	8.688	8.674

12. Investimentos

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2018
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	204	13	(1)	-	216
Imóveis de uso próprio destinados à renda	497	-	-	(13)	484
Outros investimentos	3	-	-	-	3
	704	13	(1)	(13)	703

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2017
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	195	23	(7)	-	211
Imóveis de uso próprio destinados à renda	526	-	-	(14)	512
Outros investimentos	3	-	-	-	3
	724	23	(7)	(14)	726

13. Imobilizado

	Saldo Residual 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Residual 30/06/2018
Imóveis de uso próprio	151	-	-	(5)	146
Equipamentos de informática	180	79	(53)	(24)	182
Móveis, máquinas e utensílios	180	11	(9)	(19)	163
Veículos	7	-	(1)	-	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	336	58	(34)	(31)	329
Total	854	148	(97)	(79)	826

	Saldo Residual 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Residual 30/06/2017
Imóveis de uso próprio	161	-	-	(5)	156
Equipamentos de informática	241	11	(20)	(25)	208
Móveis, máquinas e utensílios	186	5	(6)	(14)	170
Veículos	6	6	(5)	-	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	343	20	(29)	(31)	303
Total	937	42	(60)	(75)	844

14. Intangível

	Saldo Residual 31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	Saldo Residual 30/06/2018
Sistemas Dpvt	198	89	(39)	-	248
Sistemas em desenvolvimento	921	1.068	-	(29)	1.960
Total	1.119	1.157	(39)	(29)	2.208

	Saldo Residual 31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	Saldo Residual 30/06/2017
Sistemas Dpvt	147	343	(21)	-	469
Sistemas em desenvolvimento	-	291	-	-	291
Total	147	634	(21)	-	760

15. Obrigações a pagar, impostos e encargos sociais a recolher

15.1. Obrigações a pagar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	252	237
Serviços de assistência e outros	5.796	6.674
Dividendos a pagar	1.491	3.491
Provisão de participação nos lucros	396	1.196
Outras obrigações a pagar	994	446
Outras obrigações a pagar ref. redução do capital social *	48.152	-
Total	<u>57.051</u>	<u>12.044</u>

(*) Redução do capital social determinado pelo acionista integral, com pagamento de dividendos complementares relativos ao exercício de 2017 e redução do capital social, devidamente avaliados e homologados pelo órgão supervisor em sua Portaria SUSEP/DIORG nº 1040 de 22/08/2018, com pagamento a ser realizado em novembro/2018.

15.2. Impostos e encargos sociais a recolher

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Impostos sobre operações financeiras	873	1.073
Impostos retidos	142	161
FGTS e demais contribuições	319	338
Total	<u>1.334</u>	<u>1.572</u>

16. Aging depósitos de terceiros

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
De 1 a 30 dias	926	1.006
De 31 a 60 dias	2	5
De 61 a 120 dias	12	19
De 121 a 180 dias	12	7
De 181 a 365 dias	190	36
Superior a 365 dias	17	13
Total	<u>1.159</u>	<u>1.086</u>

17. Provisões técnicas - Seguros

17.1. Composição das provisões técnicas

A composição das provisões técnicas - Seguros, registradas no passivo circulante, está assim apresentada, por agrupamento de ramos:

	<u>30/06/2018</u>				
	<u>Auto</u>	<u>Vida</u>	<u>DPVAT</u>	<u>Demais</u>	<u>Total</u>
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVE)	28.662	2.015	-	1.095	31.772
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	1.091	98	-	25	1.214
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	17.664	9.397	10.321	28	37.410
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	3.333	2.335	82.502	1	88.171
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	3.227	412	-	1	3.640
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT)	-	-	1.016	-	1.016
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	-	33.587	-	-	33.587
Total das provisões	<u>53.977</u>	<u>47.844</u>	<u>93.839</u>	<u>1.150</u>	<u>196.810</u>
	<u>31/12/2017</u>				
	<u>Auto</u>	<u>Vida</u>	<u>DPVAT</u>	<u>Demais</u>	<u>Total</u>
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVE)	30.739	1.539	-	772	33.050
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	1.290	76	-	26	1.392
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	18.370	8.037	10.852	41	37.300
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	938	6.022	71.680	1	78.641
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	2.986	746	-	3	3.735
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT)	-	-	463	-	463
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	-	34.509	-	-	34.509
Total das Provisões	<u>54.323</u>	<u>50.929</u>	<u>82.995</u>	<u>843</u>	<u>189.090</u>

17.2. Movimentação das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

17.2.1. Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas - seguros, registrada no passivo circulante, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2017	Const.	Rever/ Pgto	Saldo em 30/06/2018
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	33.050	609	(1.888)	31.771
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	1.392	25	(203)	1.214
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	37.300	2.064	(1.954)	37.410
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	78.641	10.078	(548)	88.171
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	3.735	281	(375)	3.641
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT)	463	553	-	1.016
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder(PMBaC)	34.509	511	(1.433)	33.587
Total das provisões	189.090	14.121	(6.401)	196.810

	Saldo em 31/12/2016	Const.	Rever/ Pgto	Saldo em 30/06/2017
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	27.524	2.895	(326)	30.093
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	1.277	131	(152)	1.256
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	43.625	3.516	(3.539)	43.602
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficiente Avisados (IBNER)	1.213	144	(607)	750
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	65.194	9.485	-	74.679
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	2.743	446	(327)	2.862
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT)	575	181	(90)	666
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder(PMBaC)	32.558	1.287	(429)	33.416
Total das provisões	174.709	18.085	(5.470)	187.324

17.2.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

A movimentação dos custos de aquisição diferidos, registrada no ativo, que correspondem às despesas de comercialização diretamente alocadas aos riscos, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversões e pagamentos	Saldo em 30/06/2018
Custo de aquisição diferido (RVE)	6.568	26	(240)	6.354
Custo de aquisição diferido (RVNE)	213	4	(31)	186
Total dos custos de aquisição diferidos	6.781	30	(271)	6.540

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Reversões e pagamentos	Saldo em 30/06/2017
Custo de aquisição diferido (RVE)	5.374	364	(150)	5.588
Custo de aquisição diferido (RVNE)	195	35	(24)	206
Total dos custos de aquisição diferidos	5.569	399	(174)	5.794

17.3. Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas – Seguros

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões técnicas para garantia		
Provisões técnicas	196.810	189.090
Direitos creditórios	(11.772)	(14.394)
Provisões referente ao ramo Vgbl em fase de diferimento	(33.587)	(34.509)
Provisões do convênio Dpvt	(93.839)	(82.995)
Total a ser coberto das provisões técnicas líquido dos ativos redutores (A)	<u>57.612</u>	<u>57.192</u>
Necessidade de ativos líquidos (i) nota 4.11.1 (B)	<u>5.266</u>	<u>5.400</u>
Ativos garantidores		
Títulos de renda fixa – Públicos	78.286	93.801
Total (C)	<u>78.286</u>	<u>93.801</u>
Excedente de garantia (C – A – B)	<u>15.408</u>	<u>31.209</u>

17.4. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento dos sinistros incorridos e os valores pagos referentes ao ano de aviso estão assim demonstrados:

	<u>Posição em 30/06/2018</u>						
	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2018</u>	
Avisados (Até)							
No final do ano evento	452.662	58.056	57.505	59.136	67.094	69.045	
Após um ano	453.790	58.816	56.206	59.410	66.274	-	
Após dois anos	458.384	59.008	56.489	59.902	-	-	
Após três anos	459.901	59.141	56.372	-	-	-	
Após quatro anos	458.385	59.206	-	-	-	-	
Após cinco anos	458.579	-	-	-	-	-	
Pagamentos							
No ano evento	430.920	46.617	43.923	48.557	55.171	59.077	
Após um ano	10.254	8.425	9.080	7.831	7.850	-	
Após dois anos	2.234	1.043	576	702	-	-	
Após três anos	3.095	798	321	-	-	-	
Após quatro anos	2.617	257	-	-	-	-	
Após cinco anos	1.953	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados	<u>451.073</u>	<u>57.140</u>	<u>53.900</u>	<u>57.090</u>	<u>63.021</u>	<u>59.077</u>	
Incorridos	458.579	59.206	56.372	59.902	66.274	69.044	769.377
(-) Pagos	(451.073)	(57.140)	(53.900)	(57.090)	(63.021)	(59.078)	(741.302)
PSL Ramos Próprios							28.075
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos							(986)
Dpvt							10.321
PSL Total							<u>37.410</u>
	<u>Posição em 31/12/2017</u>						
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	
Avisados (Até)							
No final do ano evento	426.455	54.601	56.877	55.469	65.332	66.352	
Após um ano	427.073	56.433	56.754	55.512	64.281	-	
Após dois anos	430.131	57.263	57.370	55.325	-	-	
Após três anos	433.506	57.359	57.333	-	-	-	
Após quatro anos	431.914	57.364	-	-	-	-	
Após cinco anos	432.379	-	-	-	-	-	
Pagamentos							
No ano evento	404.161	44.252	44.964	43.701	53.291	55.906	
Após um ano	10.767	10.062	8.240	8.722	7.853	-	
Após dois anos	1.935	744	967	601	-	-	
Após três anos	3.197	339	600	-	-	-	
Após quatro anos	2.656	307	-	-	-	-	
Após cinco anos	2.217	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados	<u>424.933</u>	<u>55.704</u>	<u>54.771</u>	<u>53.024</u>	<u>61.144</u>	<u>55.906</u>	
Incorridos	432.379	57.364	57.333	55.325	64.281	66.352	733.034
(-) Pagos	(424.933)	(55.704)	(54.771)	(53.024)	(61.144)	(55.906)	(705.482)
PSL Ramos Próprios							27.552
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos							(1.104)
Dpvt							10.852
PSL Total							<u>37.300</u>

18. Encargos trabalhistas, impostos e contribuições

18.1. Encargos trabalhistas

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão de gratificações	343	-
Provisão para Férias	959	993
Total	1.302	993

18.2. Impostos e contribuições

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de Renda	873	375
Contribuição social	716	307
Cofins	400	392
Pis/Pasep	65	64
Total	2.054	1.138

19. Provisões judiciais

a) Composição do saldo contábil

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Processos judiciais</u>	
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ações fiscais – INSS (I)	6.648	6.558	4.307	332
Ações fiscais – PMV (II)	304	298	-	-
Subtotal – Fiscais	6.952	6.856	4.307	332
Ações trabalhistas	64	63	161	84
Subtotal – Trabalhistas	64	63	161	84
Ações cíveis não relacionadas a sinistros	127	248	1.304	1.361
Ações cíveis do convênio Dpvt	375	375	-	-
Subtotal – Cíveis	502	623	1.304	1.361
Total	7.518	7.542	5.772	1.777

Detalhamento dos principais processos e depósitos judiciais relacionados:

Ações Fiscais

- I. INSS – A Seguradora reconheceu no 1º semestre/2018 a despesa de provisão em decorrência de reclassificação da perda para provável com relação à parcela não decaída da NFLD 35.776.170-7, mantendo atualizada a contingência no valor de R\$ 4.307 (R\$332 em 31/12/2017), referente à citada NFLD e às NFLDs 35.776.224-0 e 35.776.171-5 lançadas pelo INSS e referem-se basicamente a alegação de: reconhecimento de vínculo empregatício de empresa terceirizada de serviços de informática; incorporação de comissões e de curso de pós-graduação e mestrado pagos à remuneração; e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP, com correspondente depósito judicial de R\$6.648 (R\$6.558 em 31/12/2017) para garantia dos tributos discutidos judicialmente.
- II. ISS PMV – Trata-se de processo decorrente de autuação fiscal do Município de Vitória-ES, sob a alegação de que a Seguradora deixou de reter na fonte o ISSQN incidente sobre suposta prestação de serviço com mão-de-obra de colaboradores do Banestes S/A, cujos custos são integralmente ressarcidos. Neste processo, a Seguradora efetuou depósito judicial para garantia do tributo discutido judicialmente, sendo mantido atualizado em R\$ 304 (R\$298 em 31/12/2018).

b) Movimentação do saldo contábil

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Constituição/</u> <u>Atualização</u>	<u>Reversão/</u> <u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2018</u>
Contingências				
Trabalhistas	84	77	-	161
Cíveis	1.361	-	(57)	1.304
Fiscais	332	3.975	-	4.307
Total	1.777	4.052	(57)	5.772

Contingências	Saldo em 31/12/2016	Constituição/ Atualização	Reversões/ Pagamentos	Saldo em 30/06/2017
Trabalhistas	207	11	(136)	81
Cíveis	1.534	216	(709)	1.041
Fiscais	15.746	28	(14.692)	1.082
Total	17.487	254	(15.537)	2.204

c) Natureza das contingências

A Seguradora mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis - de acordo com a estimativa de perda, acrescidos dos honorários advocatícios.

d) Detalhamento dos processos judiciais por natureza de risco de perda

30/06/2018	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Vr		Vr		Vr		Vr	
	Qd	Contab.	Qd	Contab.	Qd	Contab.	Qd	Contab.
Risco								
Provável	1	4.192	-	-	9	291	10	4.483
Possível	-	-	2	161	43	1.013	45	1.174
Remotas	2	115	-	-	-	-	2	115
Total	3	4.307	2	161	52	1.304	57	5.772

31/12/2017	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Vr		Vr		Vr		Vr	
	Qd	Contab.	Qd	Contab.	Qd	Contab.	Qd	Contab.
Risco								
Provável	-	-	-	-	9	375	9	375
Possível	1	295	2	84	36	986	39	1.365
Remotas	2	37	-	-	-	-	2	37
Total	3	332	2	84	45	1.361	50	1.777

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social é constituído por 14.791.405.093 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, com o correspondente a 100 (cem por cento) das ações ordinárias pertencentes ao BANESTES S.A., no valor de R\$121.862 (R\$121.862 em 31/12/2016)

20.2. Reservas de lucros

O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei nº. 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço anual terá, pela ordem:

20.2.1. Reserva legal

São destinados 5 (cinco por cento) do lucro líquido, antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20 (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº. 6.404/76 exceder 30 (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

20.2.2. Reservas estatutárias

São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 50 (cinquenta por cento) do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social.

20.3. Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes de perdas atuariais reconhecidos na Seguradora com títulos e valores mobiliários.

20.4. Demonstrativo do cálculo dos dividendos

O Estatuto Social confere direitos a dividendos mínimos de 25 (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício social, nos termos do artigo nº. 202 da Lei nº. 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº 9.249/95.

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do semestre	6.150	8.301
Reserva legal	(307)	(415)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados	1	1
Base de cálculo de dividendos	<u>5.844</u>	<u>7.887</u>
Dividendo mínimo – 25%	<u>1.462</u>	<u>1.972</u>
Total de dividendos a pagar	<u>1.462</u>	<u>1.972</u>

Os juros sobre o capital próprio (JCP) não foram contabilizados no 1º semestre de 2018, conforme determinação de suspensão dos pagamentos de JCP aprovada em reunião de Diretoria da Banestes Seguros de 02/06/2014.

Descrição	<u>Data crédito/ destinação</u>	<u>Valor bruto por ação</u>	<u>Valor Bruto</u>	<u>Data pagamento</u>
Dividendos	30/06/2018	0,00009876	<u>1.462</u>	30/10/2018
Total em 30/06/2018			<u>1.462</u>	

Descrição	<u>Data crédito/ destinação</u>	<u>Valor bruto por ação</u>	<u>Valor Bruto</u>	<u>Data pagamento</u>
Dividendos	30/06/2017	0,00013329	<u>1.972</u>	30/10/2017
Total em 30/06/2017			<u>1.972</u>	

Em 25/04/2018 houve o pagamento de R\$ 3.491 referente aos dividendos do 2º semestre de 2017.

21. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado

21.1. Prêmios emitidos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prêmios - Riscos Emitidos	80.361	82.247
Prêmios - Riscos Emitidos	67.254	67.686
Prêmios Cancelados	(2.395)	(4.367)
Prêmios Restituídos	(52)	(60)
Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	(307)	194
Prêmios Convênio DPVAT	<u>15.861</u>	<u>18.794</u>

21.2. Variações das provisões técnicas de prêmios e contribuições

21.2.1. Danos e Pessoas

Danos e Pessoas	<u>725</u>	<u>(2.887)</u>
Provisão de Prêmios Não Ganhos	1.458	(2.547)
Provisão de Despesas Administrativas (Dpvat)	<u>(733)</u>	<u>(340)</u>

21.2.2. Constituição da provisão de benefícios a conceder

	<u>(2.441)</u>	<u>(2.686)</u>
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	(2.441)	(2.686)

21.3. Prêmios Ganhos, Sinistralidade e Comercialização por Grupo de Ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistralidade (%)		Comercialização (%)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Automóvel	30.750	29.483	68,0	64,2	19,4	21,3
Dpvat	15.128	18.454	84,9	85,7	1,3	1,2
Pessoas	34.193	30.712	31,3	38,8	16,6	16,4
Patrimonial	1.015	711	0,5	13,6	22,6	18,6
Total	81.086	79.360	54,9	58,9	14,9	14,7

21.4. Sinistros ocorridos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
	(44.482)	(46.736)
Indenizações avisadas	(35.068)	(32.469)
Indenizações avisadas DPVAT	(7.927)	(8.059)
Despesas com sinistros	(1.213)	(1.502)
Despesas com sinistros Consórcios e Fundos	(3.004)	(3.312)
Varição Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - Direto	1.291	(845)
Varição Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados – DPVAT	(1.919)	(4.438)
Varição Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Suf. Avisados – IBNER	-	464
Salvados e Ressarcimentos	3.477	3.111
Varição Estimativa de Salvados e Ressarcidos	(119)	314

21.5. Custos de aquisição

	<u>(12.048)</u>	<u>(11.695)</u>
Comissões sobre prêmios emitidos	(11.807)	(11.905)
Varição das Despesas de Comercialização Diferidas	(240)	225
Comissões sobre contribuições de VGBL	(1)	(15)

21.6. Rendas de contribuições e prêmios

	<u>2.441</u>	<u>2.918</u>
Prêmios Diretos (VGBL)	2.441	2.918

21.7. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>(7.381)</u>	<u>(1.771)</u>
Outras receitas - Operações de seguros	1.534	2.570
Outras receitas - Consórcio Dpvat	79	32
Despesas com cobrança – Direto	(380)	(388)
Despesas com cobrança - Convênio Dpvat	(1.503)	(1.985)
Despesas com encargos sociais	-	(5)
Despesas com inspeção de risco	(349)	(603)
Redução ao valor recuperável para recebíveis – prêmios a receber	(9)	3
Redução ao valor recuperável para recebíveis – salvados a venda	(167)	-
Despesas com provisões judiciais	(4.566)	-
Outras despesas com operações de seguros	(1.566)	(1.382)
Despesas com consórcio DPVAT	(294)	-
Receitas/Despesas diversas	(160)	(13)

21.8. Despesas administrativas

	<u>(11.493)</u>	<u>(11.525)</u>
Pessoal Próprio	(7.010)	(6.741)
Serviços de Terceiros	(1.257)	(1.240)
Localização e Funcionamento	(1.375)	(1.272)
Publicidade e Propaganda Institucional	(255)	(1.032)
Publicações	(81)	(76)
Donativos e Contribuições	(103)	(103)
Despesas Administrativas Diversas	(257)	(139)
Despesas Administrativas do Convênio Dpvat	(1.155)	(922)

21.9. Despesas com tributos	(3.400)	(3.600)
Impostos federais	(2)	(3)
Impostos estaduais	(1)	(2)
Impostos municipais	(21)	(18)
Cofins	(2.561)	(2.803)
Pis/Pasep	(416)	(455)
Taxa de fiscalização	(399)	(319)
21.10. Resultado financeiro	6.922	9.891
Receitas financeiras	11.833	17.129
Receitas com títulos de renda fixa privados	1.304	429
Receitas com títulos de renda fixa públicos	5.962	8.475
Receitas com títulos de renda variável	190	497
Receitas com operações de seguros	317	324
Fundos de investimento	3.833	6.406
Outras receitas financeiras	227	998
Despesas financeiras	(4.911)	(7.238)
Despesas com títulos de renda variável	(137)	(48)
Despesas com títulos de renda fixa	(13)	(10)
Despesas com operações de seguros	(3.952)	(4.977)
Despesas com provisões técnicas – Vida	(671)	(1.572)
Outras despesas financeiras	(138)	(631)
21.11. Resultado patrimonial	173	175
Receitas com imóveis destinados à renda	187	189
Despesas com imóveis destinados à renda	(14)	(14)
21.12. Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	7
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	-	7

22. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, com o controlador BANESTES S.A., são efetuadas a valores, prazos e taxas pactuados contratualmente. Na data destas demonstrações estavam assim demonstradas:

Contas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Aplicações financeiras e depósitos	78.733	94.395	2.798	6.563
Receita com aluguel	-	-	187	177
Receita com taxa de gestão	-	-	167	163
Despesas de aluguel	-	-	(27)	(10)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.461)	(3.490)	-	-
Tarifas c/ operações de cobrança/arrecadação	-	-	(346)	(354)
Banestes S/A – transferência de Capital	(48.152)	-	-	-

23. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contrib. social	Imposto de renda	Contrib. social
Resultado antes da tributação e participações	11.446	11.446	16.156	16.156
Participações estatutárias no lucro (PLR)	(396)	(396)	(815)	(815)
Base de cálculo	11.050	11.050	15.341	15.341
Adições/(exclusões) de caráter permanente	(134)	(146)	442	449
Adições/(exclusões) de caráter temporário	3.915	3.915	(8.134)	(8.134)
Lucro tributável antes das compensações	14.831	14.819	7.649	7.656

	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contrib. social	Imposto de renda	Contrib. social
Alíquota normal (15 IR e 20 CSLL)	2.225	2.963	1.147	1.531
Adicional de imposto de renda (10)	1.471	-	753	-
Valores devidos	3.696	2.963	1.900	1.531
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(89)		(47)	-
Doações FIA/Incentivos Fiscais – Patrocínios	(6)		-	-
Imposto de renda e CSLL a pagar	3.601	2.963	1.853	1.531
Provisão dif. da realização reserva reavaliação	(1)	(2)	(1)	(1)
Passivo tributário Diferido	22	(172)	42	32
Crédito tributário sobre provisões temporárias	(1.001)	(510)	1.991	1.593
Valores registrados em despesas	2.621	2.279	3.885	3.155

24. Remuneração da administração

O total das despesas com remuneração da administração, incluindo todos os encargos, atingiu no 1º semestre de 2018 o montante de R\$735 (R\$597 em 30/06/2017).

25. Benefícios a empregados

Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - A Seguradora é uma das patrocinadoras da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29 de outubro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30 de outubro de 2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES http://www.baneses.com.br/reg_regimento.asp.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15 de fevereiro de 2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02 de maio de 2017.

No 1º semestre de 2018, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam à Seguradora R\$228 (R\$193 em 2017) Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e a Administração da Seguradora, juntamente com as demais empresas patrocinadoras do Sistema Financeiro BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (déficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

Os exercícios encerrados em 31/12/2017 e 31/12/2016 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinadora em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o asset ceiling que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superávit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superávit apresentado nos planos de benefícios.

Durante o semestre findo em 30/06/2018 não ocorreram alterações substanciais na quantidade de beneficiários, benefícios ou estrutura financeira dos ativos garantidores do plano de aposentadoria.

26. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros

A IFRS 9 – CPC 48, visa substituir a CPC 38 – Instrumentos Financeiros e inclui um modelo lógico para classificação e mensuração, um modelo único para o cálculo da redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment), remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio e novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A IFRS 15 - CPC 47 – Receita de contrato com cliente, passa a vigorar em 01/01/2018 e exige que as empresas reconheçam as receitas de serviços de acordo com as obrigações de performance descritas nos contratos. Não é aplicável a receitas financeiras, receitas de arrendamentos nem de contratos de seguros, porém, cabe as seguradoras verificar se há componentes de serviço separáveis que atualmente sejam reconhecidos como contrato de seguro e aplicar o normativo para esses itens. A Seguradora analisará, ao longo de 2018, se haverá receitas a serem reconhecidas no escopo deste normativo.

As normas serão efetivas para o exercício que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2018, a depender da adoção pela SUSEP.

* * *

Vitória - ES, 31 de agosto de 2018.

Otacílio Pedrinha de Azevedo
Diretor-Presidente

Ciro de Abreu
Diretor de Administração e Finanças

Fernando Rodrigues Azevedo
Diretor de Operações

Flávio Wagner Gaudio de Souza
Contador – CRC-ES 12130/O-8

Severino Garcia Ramos
Atuário – Miba 357